

Na votação da emenda constitucional que convoca a Assembléa Nacional Constituinte, um inimigo da democracia tudo fez para que um ausente fosse dado como presente, votando. O inimigo do povo, embora seu representante, que assim agiu, não será descoberto, para tranquilidade do Congresso. Nas Bolsas de Valores, as ações caem porque a onda de rumores sobre o que o governo pretende fazer para cobrir o déficit orçamentário do exercício de 1986 são mais fortes do que a confiança que investidores depositam nos papéis das empresas de capital aberto. No decreto-lei, baixado concomitantemente à liquidação extrajudicial de três estabelecimentos bancários, abre-se a válvula para a violação de um dos Princípios Gerais de Direito, aquele que estabelece a impossibilidade de retroatividade da Lei Civil. Na praça financeira, os rumores correm soltos, tal como há meses atrás, quando se chegou a ter a quase certeza de que por detrás deles havia montada a operação estatização, a qual é de uma simplicidade diabólica: circulam rumores sobre a situação de instituições financeiras, há corrida de credores, há paralisação de negócios, há a intervenção ou a liquidação e o caminho fica aberto para a dominação do mercado pelo Banco do Brasil, pelo Meridional (não nos esqueçamos desse banco privilegiado) e pelo sistema dos bancos estaduais e pelas Caixas Econômicas Federal e Estaduais. Mudou alguma coisa desde que o regime militar deixou de existir?

Nada mudou. A começar pela mentalidade dos políticos, que continuam a olhar para seus próprios e particulares problemas e a terminar pela preocupação antiempresarial que se manifesta não apenas no Executivo — cujos quadros superiores são formados por homens de ou a eles associados!!! —, mas também no Congresso. Para não falar na preocupação em não desagradar aquelas categorias funcionais que possuem privilégios, e cuja primeira obrigação é conter o Executivo, se desejarem. Agora, ao que se sabe, o pacote que está sendo elaborado com requisitos alquímicos já não estabelecerá a igualdade entre os brasileiros; manterá a desigualdade, neste sentido de que haverá cidadãos que pagarão imposto de renda sobre todos os seus vencimentos e cidadãos que darão sua contribui-

Nada mudou!

ção ao "leão", contando apenas parte do que recebem: os militares, os juízes e os congressistas. Mudou alguma coisa?

Nada! A continuar pelo velho autoritário-populista do Executivo, tal qual nos melhores momentos do João — aqueles do "planta, que o João garante". O "entulho autoritário" continua quase todo ele, no que existe de substancial, impedindo que as comunicações entre a sociedade e o Estado fluam livremente. O procurador-geral da República é não apenas o guardião da Lei, mas também o funcionário que decide se o Supremo Tribunal Federal pode ou não examinar petições da sociedade no que tange à inconstitucionalidade das leis. Vai mais longe, no espírito do autoritarismo populista, ou populismo-autoritário: decide, até, que a Constituição não vigora mais em determinados casos. Não é apenas o procurador-geral que estabelece a regra do certo e do incerto; existem nos meios que dirigem a economia e as finanças aqueles que se especializam, no regime transparente da Novíssima República, em basear suas decisões em leis não escritas, desde que elas sirvam para favorecer as posições do nacional-oligarquismo. Não é assim que se trata a questão dos bancos estrangeiros no Brasil? Até um membro do Partido Comunista Brasileiro considera que eles podem ter acesso ao mercado brasileiro; o governo veta tal idéia, baseado em lei nenhuma, e depois fica irritado quando os bancos estrangeiros e os outros governos demonstram claramente não gostar do nacional-oligarquismo. Mudou alguma coisa?

Nada. A prosseguir pela indecisão com que o presidente da República trata das graves questões que afetam seu Ministério. S. exa. parece não ter pressa em fazer que a máquina ande, que haja entrosamento entre o Planalto e os ministérios, entre a chefia do governo e o Congresso. O presidente João Figueiredo também tinha esse tipo de aversão a criar áreas de atrito desnecessárias — afinal, sempre é desnecessário irritar-se com um ministro, ou substituí-lo, se é possível encontrar uma saída mais agradável, menos aborrecida. O que existe de mal numa atitude dessa é que os problemas não se resolvem, eternizam-se, a muda que podia ser arrancada hoje pela raiz, amanhã, se transformou em árvore e o governo pára. O

espetáculo é conhecido, tem pelo menos seis anos. Mudou alguma coisa no Brasil?

Não mudou a mentalidade, neste sentido de que não se vislumbra quem esteja disposto a arrostar a impopularidade para salvar as gerações futuras. Se o governo Figueiredo era o da omisão, este se está assemelhando a ele, pelos resultados, com uma diferença: é o governo da retórica, das palavras proferidas para acabar deixando mal o próprio governo. Aliás, havia algo de parecido no governo Figueiredo: cada ministro gostava de dizer que nada tinha que ver com as decisões adotadas no âmbito de seu ministério... No governo Sarney, o ministro da Previdência Social faz promessas aos aposentados — sacrificados no governo anterior — e depois vai discutir com os ministros da área econômica se é possível cumprí-las, ou não. Como não pode, diz que fez seu dever... Todos enunciam seus planos sem antes saber se há verbas para realizá-los, ou se o presidente pretende de fato implementá-los. O importante é anunciar, ganhar a imprensa, aparecer. Depois, o problema é dos outros, que disseram não. Nada mudou...

Em outros aspectos também nada mudou — que o diga o ex-presidente João Figueiredo. A inflação continua galopante, as empresas produtivas e eficientes permanecem sob a mira do governo e dos novos tecnocratas (que os há, os Pinotti's boys, que não simpatizam com as empresas, mas apenas com os impostos que elas pagam para sustentar o funcionalismo público), a CLT corporativista ainda dá poderes ao Estado para intervir em sindicatos. Tudo igual.

Houve uma única mudança, da Velha para a Novíssima República: a seca que aflige o Sul e o Sudeste brasileiros, ocasionando a perda de uma safra inteira, criando problemas dos quais, pelo menos em São Paulo, nunca se teve memória. O governo, porém, não está atento para a gravidade econômica e social desse fenômeno. Quando ele se transformar em dolorosa realidade político-social, talvez a alguém se lembre de buscar nos arquivos a solução que a Velha República teria dado para crise igual. Talvez então, neste terreno como nos outros apontados atrás, seja tarde demais para que se construa a democracia de nossos sonhos.